

**KAREN OKAMURA TREVISAN DE OLIVEIRA**

**Estudo exploratório sobre a evasão do curso de Serviço Social da  
Universidade Federal de São Paulo  
Campus Baixada Santista**

Baixada Santista - SP

2015

**KAREN OKAMURA TREVISAN DE OLIVEIRA**

**Estudo exploratório sobre a evasão do curso de Serviço Social da  
Universidade Federal de São Paulo  
Campus Baixada Santista**

Trabalho apresentado ao  
Curso de Serviço Social da  
Universidade Federal de São  
Paulo, Campus Baixada  
Santista, como requisito  
parcial para obtenção de  
título de Bacharel em  
Serviço Social, sob a  
orientação da Profª Drª Luzia  
Fátima Baierl.

Baixada Santista - SP

2015

T814e

Trevisan, Karen, 1979-

Estudo exploratório sobre a evasão do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo Campus Baixada Santista / Karen Trevisan ; Orientadora: Profa. Dra Luzia Fátima Baierl – Santos, 2015.  
47 f. ; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal de São Paulo - campus Baixada Santista, Curso de Serviço Social, 2015.

1. Serviço Social. 2. Evasão do curso de Serviço Social. 3. Evasão universitária. 4. Expansão universitária. I. Baierl, Luzia Fátima, Orientador. II. Título.

CDD 361.3

**KAREN OKAMURA TREVISAN DE OLIVEIRA**

**ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE EVASÃO DO CURSO DE  
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO  
PAULO CAMPUS BAIXADA SANTISTA**

Trabalho apresentado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Profª Drª Luzia Fátima Baierl.

Aprovação em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Examinadoras:

---

Profª Drª Luzia Fátima Baierl  
Universidade Federal de São Paulo

---

Profª Drª Ana Maria Ramos Estevão  
Universidade Federal de São Paulo

A todos que seguem na luta pela  
democracia e engajamento na luta social.

## **Agradecimentos**

Este estudo significa a conclusão de uma etapa de turbulenta transformação, seja no trabalho profissional, seja nas concepções de paradigmas para a vida. Foi difícil desconstruir ideias e opiniões que estão na mente por tanto tempo para a edificação de novos pilares.

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional, representados pelo meu marido e filho, que por vezes, sentiram apenas minha ausência e impossibilidade de estar ao seu lado, além do mau humor e contratempos.

Agradeço pelas mestras: professora doutora Maria Liduína de Oliveira por ser uma coordenadora de curso empenhada, principalmente pelo seu incentivo incondicional com a minha pessoa como universitária e professoras doutoras Maria Norma de Oliveira Braz Peixoto da Silva e Maria Rosângela Batistoni que me incentivaram a interessar por políticas públicas e debates contemporâneos.

Agradeço a professora doutora Luzia de Fátima Baierl, pela orientação e paciência nesta longa caminhada, que por vezes parecia estar distante o destino.

Agradeço a professora Ana Maria Ramos Estevão, pelo carinho e por me fazer acreditar que a verdade, ainda que complexa, possa ter lados opostos, mas com diferentes olhares e ainda assim, ser verdade.

Agradeço aos companheiros que tive nesta jornada, principalmente às queridas Eliane Melo e Claudia Pereira, que foram de suma importância nesta luta e que se tornaram mais que amigas.

E a todos aqueles que de alguma forma me incentivaram e torceram pelo meu sucesso, meu muito obrigada!

## **Resumo**

Este estudo foi realizado para identificar e sistematizar os motivos que levaram os estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista – UNIFESP/BS à evasão, utilizando-se de dados já existentes no “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE, considerando a conjuntura em que o universitário foi inserido, resultado dos novos desafios que lhe foram impostos.

Palavras-chaves: evasão universitária, Serviço Social, UNIFESP.

## Sumário

Introdução .....	9
Capítulo 1 – A expansão da educação no ensino superior .....	4
Capítulo 2 – O curso de Serviço Social da UNIFESP .....	25
Capítulo 3 – A evasão do curso de Serviço Social na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP .....	29
Considerações Finais .....	41
Referências Bibliográficas .....	43



## Introdução

O ensino superior público encontra-se em amplo movimento por estar em processo de expansão dentro de um cenário de transformação das relações de trabalho e suas novas implicações: interdisciplinaridade, humanização, especialização e adequação aos embates contemporâneos, além dos diferentes cenários educacionais em níveis políticos, institucionais e científicos. (UNIFESP, 2006: p. 7)

Dentro deste cenário, a Universidade Federal de São Paulo inaugurou sua ampliação com o campus Baixada Santista, dentro de propostas diferenciadas com posicionamentos e indagações no contexto da realidade social, visando a interdisciplinaridade entre os diferentes cursos. A implantação deste campus se deu com a iniciativa local com os municípios da Baixada Santista<sup>1</sup>.

Esta ampliação fez parte do Plano Expansão, criado em 2003, conforme o Plano Nacional de Educação que mais tarde passaria a ter novo formato, denominado Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI.

O REUNI propôs que todas as universidades federais aderissem ao programa, em total ou menor teor, apresentando ao Ministério da Educação, planos de reestruturação, cuja finalidade era ampliar o acesso e a permanência no ensino superior.

Inicialmente, o campus foi destinado ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão em Ciências da Saúde, como descreve seu Projeto Político Pedagógico, implantando os cursos de graduação em Nutrição, Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Educação Física.

---

<sup>1</sup> A Baixada Santista é compreendida pelos municípios: Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga.

Somente em 2009, o curso de Serviço Social foi implantado, por ser uma das 14 profissões da área da saúde. Foi uma conquista histórica dado o fato da fundação da primeira escola pública decorridos quase 80 anos.

O Curso de Serviço Social da UNIFESP Campus Baixada Santista tem seus princípios fundamentais, sua lógica curricular e seus conteúdos orientados por quatro eixos: Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira; Fundamentos do Trabalho Profissional e Serviço Social e Saúde: contribuições para análise das condições de vida, trabalho e saúde, na busca de uma sólida formação que garanta competência teórica, técnica e ético-política no exercício do trabalho do Assistente Social. Além disso, esse projeto pressupõe uma direção social alinhada com os interesses dos trabalhadores, com as lutas sociais e com a busca da igualdade e justiça social.

O Curso de Serviço Social, a partir do princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, tem como objetivos:

- ✓ formar Assistentes Sociais generalistas, humanistas e críticos, preparados para intervir nas expressões da questão social com uma sólida, coerente e consistente fundamentação teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-política;
- ✓ desenvolver competências, habilidades e atribuições no âmbito da elaboração, gestão, execução, avaliação e monitoramento de políticas sociais, programas, projetos sociais, assessoria, consultoria e capacitação;
- ✓ possibilitar o exercício de postura ética, com respeito à pluralidade e diversidade de ideias, atitude investigativa e propositiva, devendo perpassar todo o currículo;
- ✓ inserir novos profissionais nos diversos campos de atuação e no mercado de trabalho mediante apreensão dos processos sociais e de intervenção no movimento contraditório da sociedade, a partir de uma visão de totalidade, em uma perspectiva democrática, de lutas, de desafios, de conquistas de direitos sociais e da emancipação humana. ” (PPP do curso de Serviços Social - CAMPUS BAIXADA SANTISTA, 2014: site)

Após seis anos de curso e três turmas formadas, o curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista está com o seu Projeto Político Pedagógico em revisão, sob coordenação do NDE – Núcleo Docente Estruturante<sup>2</sup>, que se constitui como instância assessora da comissão de curso. Dentre as várias demandas colocadas ao processo de revisão, uma delas diz respeito ao processo de evasão. Por ser o único curso federal no estado, fez-se necessário entender quais as motivações que levaram os universitários a deixarem o curso neste campus.

Sendo assim, este estudo foi realizado com a finalidade de sistematizar dados considerando sua nova experiência dentro da academia e como isto refletiu em seu cotidiano, a partir dos dados já existentes no “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE.

O conceito de evasão universitária é amplo e os autores não chegaram a um consenso, o que compromete a comparação entre diferentes estudos. O simples afastamento não significa desistência, portanto, não pode ser considerado evasão. O estudante pode simplesmente ter trocado de curso e ter permanecido na mesma instituição. Ou ainda, pode ter trancado a matrícula. Neste caso, ele ainda não desistiu de sua vaga, o que não conta como aluno evadido. Devido à dificuldade de conceituar, usaremos por definição<sup>3</sup>: *“...a diferenciação entre evasão de curso, de instituição e do sistema. A evasão de curso é entendida como a saída definitiva do estudante de seu curso de origem, sem concluí-lo.”* (MERCURY & POLYDORO, 2003, p.220)

---

<sup>2</sup>A principal atuação do NDE é elaborar e/ou otimizar as atividades relacionadas ao planejamento, avaliação e revisão do Projeto Político Pedagógico do curso. A isto, somam-se os princípios do PPP: interdisciplinaridade e interprofissionalidade, inserção na cidade de Santos e Baixada Santista, articulação com as lutas sociais e conexão entre formação e exercício profissional.

<sup>3</sup> Usaremos esta definição por ser a mesma usada na pesquisa realizado como base neste estudo.

A evasão de curso se dá quando o universitário não conclui o curso no qual está matriculado. A de instituição ocorre quando o mesmo deixa a sua instituição de origem e parte para outra, seja matriculado no mesmo curso ou não. A evasão de sistema é quando definitivamente o aluno desiste de sua formação de nível superior.

O direito à educação fica comprometido por diversos fatores, sejam eles internos ou externos. O fato de se matricular num curso superior resulta, para a maior parte dos estudantes, mudanças bruscas dentro do cotidiano que devem ser descritas na análise contextual.

Mesmo o estudante que está em continuidade de seus estudos, acaba se deparando com mudanças que não estavam em suas perspectivas. Um novo local, novos companheiros, distanciamento dos familiares, mudança de horário, mudança no modo de pensar e agir, nova perspectiva, qualquer que seja a alteração, pode levar o matriculado a pensar se ele se encontra no curso que planejou e se este curso levará a profissão que deseja seguir. Segundo Freitas (p. 260) a isto, pode-se somar trabalho, família, recursos financeiros, saúde, incompatibilidade de horário, vida social, precariedade e/ou inadequação do curso, motivação, transporte entre outros, que acabam por pesar na sua escolha.

Isto posto, neste estudo, foram separados os dados relativos ao curso de Serviço Social períodos vespertino e noturno dos demais cursos do “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir”, para sistematização e comparação nos itens pertinentes à evasão do curso e suas respectivas reflexões.

É importante lembrar que segundo o Projeto Político Pedagógico do campus Baixada Santista, os cursos da graduação são classificados como os melhores do país pela imprensa especializada e leiga, mantendo um índice de evasão menor que a média das universidades brasileiras.

O objetivo deste estudo é apontar as motivações dos estudantes que deixaram o curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista e responderam ao questionário realizado na pesquisa realizada sob coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE, bem como realizar uma reflexão contextualizada.

## **CAPÍTULO 1 – A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

A educação brasileira como política social deve ser tratada dentro do contexto político-econômico pelo qual passamos até os dias de hoje. Nos anos 90, enfrentamos a hiperinflação com reformas econômicas e monetárias no Plano Real, que rendeu um legado presidenciável ao então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso de dois mandatos. Segundo Oliveira (p. 325), seu governo foi marcado não só pela estabilidade econômica, mas pelo conjunto de reformas que teve que realizar para este fim. Seguindo a tendência de outros países, FHC desregulamentou e descentralizou a administração federal, expressos na Constituição Federal de 1988, que alterou significativamente o Pacto Federativo brasileiro. Seu governo ficou marcado pela privatização de empresas estatais e mudanças na forma de gestão de políticas públicas. Na educação, focalizou-se a gestão, marcada pela descentralização administrativa, financeira e pedagógica, ampliando o acesso à educação básica no país, deslocando as ações ao nível local, ou seja, transferindo responsabilidades. A desregulamentação e descentralização na educação em favor de outros setores da sociedade não contribuiu positivamente em eficiência, o que nos remeteu a objetivos e metas com ênfase no papel ativo do Estado e respectivo financiamento.

A ampliação do direito à educação para todos os brasileiros de seu nascimento à conclusão do ensino médio foi comprometida pela Emenda n. 14 de 1996, que focalizava o ensino fundamental..... Ao final do governo FHC, é possível considerar que a educação nacional se encontrava em um quadro de (des)sistematização, para designar uma orientação de governo na contramão do que se pode considerar um sistema, ou seja, uma organização da educação nacional fragmentada, segmentada, flexível e dispersa, o que não contribui para estabelecer bases de cooperação, integração e coesão entre os entes federativos e menos ainda entre os indivíduos na sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 237)

Muitos esperavam uma reviravolta com o governo Lula, o que não ocorreu. Foi um governo que se manteve no continuísmo, que também manteve a estabilidade econômica, reduziu a dívida externa, a pobreza e a desigualdade social. Seu primeiro mandato apontou para a promoção de políticas sociais dirigidas aos mais pobres e não contemplou a população como um todo.

Por meio do então Ministro da Educação, Fernando Haddad, buscou-se uma orientação de governo, empenhando-se no ensino básico obrigatório e se estendendo à área de graduação. Entende-se que o ensino superior é reconhecido internacionalmente como um instrumento de transformação social para o desenvolvimento de qualquer nação, mobilizando vários movimentos que reivindicaram a educação pública e gratuita. (BRASIL, 2012, p. 9)

No nosso país, “A Constituição de 1988 elegeu um conjunto de valores éticos, considerados fundamentais para a vida nacional, a maior parte dos quais se expressa no reconhecimento dos direitos humanos. ” (SIMÕES, 2011, p. 64). Uma delas é o direito à educação.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ” (Art. 205 da CF, 1988)

A fim de atender a Constituição deste país e assegurar que o ensino superior deixe de ser uma forma de exclusão social<sup>4</sup>, em 2001, foi elaborado um novo Plano Nacional de Educação – PNE<sup>5</sup>, conforme a Lei nº10.172/2001, que tinha por objetivos aumentar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade de ensino e reduzir as desigualdades regionais e sociais em relação ao acesso e permanência na educação pública. Define também diretrizes em relação a gestão e financiamento e diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino, além da formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação. (BRASIL, 2001)

Dentre as metas para a educação superior estava aumentar o número de acesso às vagas universitárias com considerável intensificação em investimento tanto na ampliação de universidades como nas áreas de conhecimento. A realidade do país referente ao desenvolvimento político-econômico mostrava que os nossos indicadores em educação eram vergonhosos diante do conjunto de países da América Latina usados na comparação, mesmo se levando o setor privado em consideração. Agrava-se tal fato, o aumento das exigências do mercado de trabalho e a questão demográfica oriunda das políticas de melhoria no ensino médio. Em contrapartida se fez necessária uma política de promoção da renovação e desenvolvimento no nível superior com contribuição da participação da sociedade civil organizada.

---

<sup>4</sup> A ampliação de oportunidades no acesso à educação superior se fazia necessária a fim de combater a exclusão social, uma vez que era fortemente elitizada. (BRASIL, 2012: p. 9). As políticas são voltadas afim de atender ao desenvolvimento econômico da nação. A educação é um direito social, um serviço público e não deve ficar à mercê do mercado como mercadoria. É uma permanente tensão que prevalece no continuísmo, independente da política de governo.

<sup>5</sup> A ideia de um plano educacional para todo o território nacional se deu concomitantemente com a instalação da República no Brasil. De certa forma, todas as constituições com exceção à Carta de 37, já tinham, implícitos ou não, um plano de educação e a ideia prosperou. “O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos.” Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, ressurgiu novamente a ideia de um plano de educação a longo prazo, com força de lei. (BRASIL, 2001)



O PNE ressalta que apesar da pressão para que o número de vagas se ascenda, é necessário planejamento e qualidade na expansão afim de evitar o caminho da massificação. O setor privado oferece a maior parte das vagas universitárias e deve seguir os parâmetros estabelecidos pelo sistema de ensino. “A manutenção das atividades típicas das universidades – ensino, pesquisa e extensão – que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, não será possível sem o fortalecimento do setor público”. (BRASIL, 2001).

Também é uma diretriz do PNE a importância da extensão de vagas do período noturno a fim de contemplar o aluno-trabalhador com as mesmas condições do aluno regular diurno.

Dentro do PNE, o acesso e permanência eram um dos principais objetivos e uma forma de consolidar foi com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, criado pelo Decreto nº 10.172/2001.

É importante ressaltar que o Reuni é resultante da tentativa do governo de atender às reivindicações e anseios de diversas entidades da sociedade civil pela ampliação de oferta de vagas no ensino superior federal. Dentre as entidades destacam-se a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes), por meio da Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior; o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra); e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

O decreto do Reuni tinha como diretrizes:

I – Redução das taxas de evasão, ocupação das vagas ociosas e aumento das vagas de ingresso, especialmente no período noturno.

II – Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior.

III – Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade.

IV – Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada.

V – Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

VI – Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.” (BRASIL, 2012: p. 10)

A principal meta do Reuni, logo de início, foi interiorizar os novos campi a fim de atender uma maior área de atuação das Ifes – Instituições Federais de Ensino Superior, trazendo para essas regiões, o acesso e contribuições em desenvolvimento, oriundas das pesquisas e extensões realizadas. Ao mesmo tempo, cria-se quatro universidades para integrar regional e internacionalmente:

- UFFS – Universidade Federal da Fronteira do Sul integrando os estados fronteiriços da região Sul do país,
- Ufopa – Universidade Federal do Oeste do Pará fazendo a integração amazônica,
- Unila – Universidade Federal da Integração Latino-Americana dirigida aos países da América Latina instalada em Foz do Iguaçu (PR) e
- Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira que tem por objetivo aproximar os países de língua portuguesa em outros continentes com três campi em locais diferentes: dois no Ceará, um em Redenção e outro em Acarape e mais outro na Bahia. (BRASIL, 2012: p. 11)

Entre 2003 e 2010, a expansão se traduziu em números expressivos:

**Tabela 1: Comparativo entre os anos de 2003 e 2010 referente ao desenvolvimento da Educação aliado ao Reuni.**

	2003	2010	Aumento em %
Universidades Federais <sup>6</sup>	45	59	31
Campus <sup>7</sup>	148	274	85
Municípios atendidos <sup>8</sup>	114	272	138
Vagas ofertadas	109.184	218.152	200

Fonte: Dados extraídos da Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003-2012.

Dentro do Reuni, a expansão se deu por três dimensões:

- ✓ Política: o acesso foi democratizado, com aumento de 100% das vagas ofertadas e criação de novas universidades e campus universitários.
- ✓ Infraestrutura física e de pessoal: evidenciado pelo nível do pessoal contratado dentro do programa ser altamente qualificado e pelos cursos que não foram contemplados pelo Reuni, que continuaram em situação precária, uma vez que desde o fim da década de 80, vem se agravando a falta de investimento do governo federal. O Ministério da Educação investiu, entre 2008 e 2012, R\$ 678,7 milhões nas Ifes com a construção de 113 novas bibliotecas, 62 centros de convivência, 72 moradias estudantis e 127 restaurantes universitários.
- ✓ Pedagógica: a extrema importância do Pnaes – Programa Nacional de Assistência Estudantil, que trouxe um aumento na casa de 300% em volume de recursos para permanência e sucesso acadêmico. (BRASIL, 2012: p. 39)

<sup>6</sup> Em 2014, já são 63 Universidades Federais.

<sup>7</sup> São 321 campus, 47 novos em 2014.

<sup>8</sup> 275 municípios atendidos no ano passado.

Com o intuito de reforçar a permanência, minimizar desigualdades regionais e sociais, reduzir a taxa de evasão universitária e promover a inclusão social dentro do Reuni, o Decreto nº 7.234/2010, antes uma Portaria Normativa nº 39/2007, passou a investir de R\$ 126.301.633,57 em 2008 a R\$ 603.787.226,00 em 2013. Isto representa em números expressivos a crescente assistência prestada: são 13.306 contemplados em assistência estudantil em 2008, elevando este índice a 66.139 em 2011 e em valores, passou de R\$ 19,8 milhões para R\$ 181,7 milhões, conforme dados relacionados na Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003-2012, realizada pelo Governo Federal.

Este programa, conforme o Ministério da Educação, contempla estudantes de baixa renda com a finalidade de nivelar as oportunidades (com assistência a moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acessibilidade) e melhorar o desempenho acadêmico, combatendo assim, a repetência e a evasão. É um programa que procura promover a equidade entre os estudantes afim de que tenham oportunidades iguais.

Este repasse financeiro depende do IDH do município onde está localizada a instituição, número de alunos, vagas oferecidas e perfil socioeconômico dos alunos, dentro das diretrizes estabelecidas da realidade em cada Ifes.

Com o intuito de avaliar, regular e orientar o ensino superior, o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, por meio do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, criado pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, avalia as instituições, os cursos e o desempenho estudantil dentro do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, do desempenho dos alunos, da gestão da instituição, do corpo docente, das instalações e vários outros aspectos, inclusive, utilizando o ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes como referência. Temos ainda, a CONAE – Conferência Nacional de Educação, por onde poder público e sociedade civil podem democraticamente juntos construir o caminho da educação. É precedido de várias etapas, de vários níveis (que inclui a municipal, intermunicipal, estadual e distrital), para que todos possam contribuir.

Muitos são os instrumentos e especialistas que avaliam o processo de expansão da educação, principalmente no que se refere ao ensino superior, sua implantação, o *modus operandi* e quais seus resultados dentro do decênio.

Para a construção de um novo Plano, foi necessária uma avaliação sobre as metas e objetivos alcançados, obstáculos identificados e as necessidades frente a um novo contexto dentro da expansão do ensino superior. Segundo Aguiar (2010), alguns problemas que foram identificados se destacaram:

- Somente 12% da população entre 18 e 24 anos matriculou-se no ensino superior e segundo o extinto PNE, a meta seria de 30% da faixa etária citada;
- O ensino superior privado expandiu sem garantia de qualidade;
- A necessidade de fortalecimento das instituições de graduação frente ao contexto de desenvolvimento do país;
- As vagas foram distribuídas regionalmente desiguais;
- Não se efetivou a expansão de vagas de educação superior estadual e/ou municipal sem correlação com o crescimento da qualidade do ensino médio.

É complexo no que tange a falta de efetividade entre entes federados e participação da sociedade civil organizada. O governo federal deveria ser articulador deste plano e ter relações estreitas com estados e municípios. Porém, esbarrou em arranjos institucionais e políticas de governo históricas e peculiares, dificultando a execução do Plano.

Contudo, deve-se levar em consideração as desigualdades socioeconômicas do nosso país que contribuem para com as desigualdades educacionais. As medidas de caráter burocrático-administrativo por si só não vão contribuir para a ascensão da escolaridade da nação brasileira. (AGUIAR, 2010: p.724)

Acabado o decênio vigente do PNE, em 15 de dezembro de 2010, foi enviado ao Congresso, um novo para apreciação, apresentando 10 diretrizes e 20 metas. A passos largos se fez esse caminho. Ficamos com um espaço vazio entre o decênio passado e a construção do atual. Não se atingiu o almejado, mas foi um grande progresso diante do que havia. Ainda são necessários grandes passos com grandes investimentos. Somente em 2014 é aprovado o novo PNE para o próximo decênio.

O texto original na construção do PNE no tocante a recursos financeiros dizia: “os recursos públicos destinados à educação pública.” Quando a palavra pública é retirada da frase, gera repúdio por parte dos trabalhadores da área, mas mesmo assim, é aprovado.

“O texto aprovado é bastante preocupante porque tira o caráter público da educação e substitui por educação gratuita. A gente vê que, na realidade, o PNE irá respaldar o Prouni, o sistema S<sup>9</sup>, e os programas de financiamento. A educação deixa de ser pública e passa a ser gratuita. Defendemos que o investimento na educação pública deve ser de responsabilidade do governo e não deve ser de uma fonte específica. Defendemos o PIB enquanto gasto público”, explica uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho Política Educacional do ANDES-SN (GTPE) e 2ª vice-presidente da Regional do Rio de Janeiro. (ANDES-SN, 2013, site)

---

<sup>9</sup> Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

Em 25 de Junho de 2014, é aprovado o Plano Nacional de Educação – PNE para o novo decênio, conforme Lei nº 13.005. Apresenta 10 diretrizes objetivas<sup>10</sup> e 20 metas e estratégias, contemplando todos os níveis, modalidades e etapas educacionais, além de estratégias específicas para inclusão de minorias. As metas e estratégias são bem definidas e específicas, com a finalidade de universalizar e ampliar o acesso e atendimento em todos os níveis educacionais, estimulando a qualidade de ensino, erradicando o analfabetismo absoluto, elevando a escolaridade da população, ampliando a educação em tempo integral, multiplicando o ensino de educação profissional de nível médio, elevando o número de matrículas na educação superior e na pós-graduação, incentivando os profissionais da educação, elaborando planos de carreira aos profissionais da área, avaliando e acompanhando periódica e individualmente os entes envolvidos na educação desta nação. (BRASIL, 2014)

---

(Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

<sup>10</sup> Art. 2º São diretrizes do PNE:

- I. Erradicação do analfabetismo;*
- II. Universalização do atendimento escolar;*
- III. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;*
- IV. Melhoria da qualidade da educação;*
- V. Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais éticos em que se fundamenta a sociedade;*
- VI. Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;*
- VII. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;*
- VIII. Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;*
- IX. Valorização dos (as) profissionais de educação;*
- X. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.*

A meta 20 do PNE estabelece a ampliação progressiva de investimento público em educação até atingir o mínimo percentual de 7% do PIB<sup>11</sup> no meio do decênio deste plano e 10% ao seu término. Fica a dúvida do cumprimento desta, visto que no primeiro ano de vigência do PNE, o sistema educacional encontra-se em cortes orçamentários, inclusive, comprometendo metas anteriores. Entende-se que se faz necessário cortes orçamentários em todos os ministérios da Esplanada, visto a instabilidade e incertezas econômicas que se encontra o país, mas a contradição é evidente no segundo mandato da presidenta cujo lema é “Pátria Educadora”. (FOLHA POLÍTICA, site)

---

<sup>11</sup> Produto interno bruto do país



## Capítulo 2 – O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIFESP

Fundada em 1933, a Escola Paulista de Medicina - EPM, com recursos privados e subsídios governamentais, recebeu seu reconhecimento oficial preliminar em 1935 pelo Ministério da Educação e Saúde Pública.

O Hospital São Paulo - HSP foi o primeiro hospital-escola do país, inicialmente com 60 leitos. Atualmente, atende mais de 4.500 pacientes ambulatoriais, 1.200 emergenciais e possui 743 leitos.

Em 1938, iniciaram os cursos de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica. No ano seguinte, fundou-se a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo. A princípio, o curso era técnico e somente em 1962 foi reconhecido como curso superior. Em 1968, a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo passou a se chamar Escola Paulista de Enfermagem.

A federalização da EPM ocorreu em 1956 e um ano depois, foi criada a primeira residência médica no ensino federal brasileiro. A federalização atingiu a Enfermagem somente em 1977 e incorporada como Departamento na EPM.

Em 1960, a EPM tornou o núcleo principal para a Universidade Federal de São Paulo – UFSP. Iniciaram-se investimentos e ampliações no ABC Paulista. Em 1964, com o golpe militar<sup>12</sup>, foi extinta legalmente a UFSP e a EPM foi transformada em um estabelecimento de ensino superior autárquico conforme lei nº 4421 de 29 de Setembro de 1964.

A Escola continuou com seus trabalhos e é tradicionalmente reconhecida por sua especialização em pesquisa em saúde. Em 1994, com a lei nº 8957 de 15 de Dezembro de 1994 transformou a EPM em Universidade Federal ministrando cursos na área da saúde<sup>13</sup>, sendo denominada Universidade Federal de São Paulo, a UNIFESP.

---

<sup>12</sup> Diversos estudantes da EPM foram acusados de infringir a Lei de Segurança Nacional por participarem do movimento estudantil contrário à ditadura, além de prisões, por continuarem clandestinamente o movimento.

<sup>13</sup> Os cursos ministrados são Medicina, Enfermagem, Ciências Biológicas (modalidade médica), Fonoaudiologia e Tecnologia Oftálmica.

Atualmente, o HSP apresenta diversos problemas. O hospital recentemente saiu de uma greve de 12 dias<sup>14</sup>, deflagrada pelos médicos residentes que reivindicam condições de trabalho e infraestrutura, principalmente por faltar equipamentos e medicamentos para atendimento à população. O aumento no atendimento do pronto-socorro mais que dobrou no primeiro trimestre do ano de 2015 e o mesmo não ocorreu com o repasse, o que ocasiona precariedade no serviço à população. A greve foi suspensa, mas os reivindicantes ainda aguardam soluções, conforme publicado no site da Globo (2015). A degradação do serviço é evidente e vem se arrastando como a maioria das entidades que dependem de repasse financeiro do governo. Seja pelo valor que está defasado, seja por atrasos nos pagamentos.

Contudo, com os recursos advindos do programa de expansão do governo federal REUNI e apoio das prefeituras, novas unidades foram implantadas próximas ao município de São Paulo. São elas: Baixada Santista<sup>15</sup>, Diadema<sup>16</sup>, Guarulhos<sup>17</sup>, São José dos Campos<sup>18</sup> e Osasco<sup>19</sup>, incluindo novas áreas de conhecimento em ciências exatas, humanas, ambientais e sociais aplicadas.

A efetiva fundação do campus se deu em setembro de 2004, com a implantação dos cursos sequenciais de nível superior de Educação e Comunicação em Saúde e o de Gestão em Saúde, com duração de dois anos. Sua criação definitiva se deu em outubro de 2005, quando foi assinado pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad. Em dezembro deste mesmo ano se deu o primeiro vestibular para cinco cursos de graduação: Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional, segundo UNIFESP (2007).

---

<sup>14</sup> A greve durou de 22 de junho a 03 de Julho de 2015.

<sup>15</sup> A Baixada Santista conta com os cursos de Ciências do Mar, Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

<sup>16</sup> Diadema, com os cursos de Ciências Biológicas, Ciências Químicas e Farmacêuticas, Engenharia Química, Farmácia e Bioquímica e Química.

<sup>17</sup> Guarulhos, com os cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História, História da Arte, Letras e Pedagogia.

<sup>18</sup> São José dos Campos, com os cursos de Ciências da Computação e Matemática Computacional.

<sup>19</sup> Osasco, com os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Relações Internacionais

O curso de Serviço Social no campus da Baixada Santista, foi criado em 2009, por ser uma das 14 profissões da área da saúde reconhecido pelo Ministério da Saúde. O campus, em momento de consolidação, foi denominado de Instituto Saúde e Sociedade. Em 2012, o campus recebeu o curso de Ciências do Mar, abrindo o Instituto do Mar.

O campus conta com quatro unidades: Vila Mathias, Ponta da Praia, Vila Belmiro e Edifício Central, os quatro localizados na cidade de Santos. Ainda está em fase de ampliação, aguardando a construção de novos prédios nos arredores do Edifício Central.

“É nesse contexto de adversidade para a formação profissional que, paradoxalmente, nasce o Curso de Serviço Social da Unifesp/BS, como resposta e resistência às imposições do capital, particularmente da mercantilização do ensino e do ensino a distância. Resulta de trinta anos do Serviço Social crítico; reflete 73 anos de luta pela legitimidade da formação profissional no espaço público e se insere na defesa e na efetivação de um ensino público, gratuito, laico, de qualidade e universal, de modo a afirmar os princípios, os pressupostos, os objetivos, o perfil profissional que se deseja formar e a lógica curricular contida nas Diretrizes Curriculares da Abepss<sup>20</sup>. (...)”

Construir um Projeto Ético-Político do Serviço Social que direciona de forma crítica a formação e o exercício profissional, sem perder de vista as determinações e antagonismo deste tempo — que é um tempo de barbárie e de capital fetiche — é um dos maiores desafios. E, nesse sentido, o curso de Serviço Social já nasce sob a égide do Projeto Ético-Político profissional, que tem como direção social a emancipação humana. Trata-se da formação de trabalhadores da práxis e da transformação da história porque ousa e luta cotidianamente, resiste às imposições de um capitalismo destrutivo e não capitula na luta por um mundo justo, junto aos sujeitos que são capturados por histórias e sociabilidades marcadas pelas faces das subalternidades, pobreza, espoliação, violência, ausência de protagonismo político e social. ” (ACOSTA, BAIERL, SILVA, SILVA & THOMAZ, 2010: p. 3)

---

<sup>20</sup> Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

A implantação do curso no campus Baixada Santista é uma demanda histórica, uma vez que completados 80 anos de Serviço Social no Brasil, no Estado de São Paulo, havia apenas um curso em uma universidade pública estadual na UNESP – Franca.

Além de representar um curso de excelência no ensino público federal, laico e gratuito, está articulada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Apresenta vagas no período vespertino e noturno, contemplando o aluno-trabalhador, democratizando seu acesso e permanência, conforme descrito no Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social da UNIFESP/BS (2011).

Mesmo inserido na área da Saúde, o curso de Serviço Social deste campus garante sua formação generalista afim de atuar em todos os espaços sócio-ocupacionais, mantendo a centralidade das Diretrizes Curriculares do curso.

### **Capítulo 3 – A EVASÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP**

O estudo em questão fará uma análise de dados documentais levantados pelo “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista.

Este relatório foi realizado com a finalidade de situar a evasão nos cursos de graduação de 2006 a 1º de Outubro de 2013, compondo o perfil dos estudantes, levantando os motivos da evasão e sistematizar as informações visando estudo, análise e implantação de ações por parte da comunidade acadêmica.

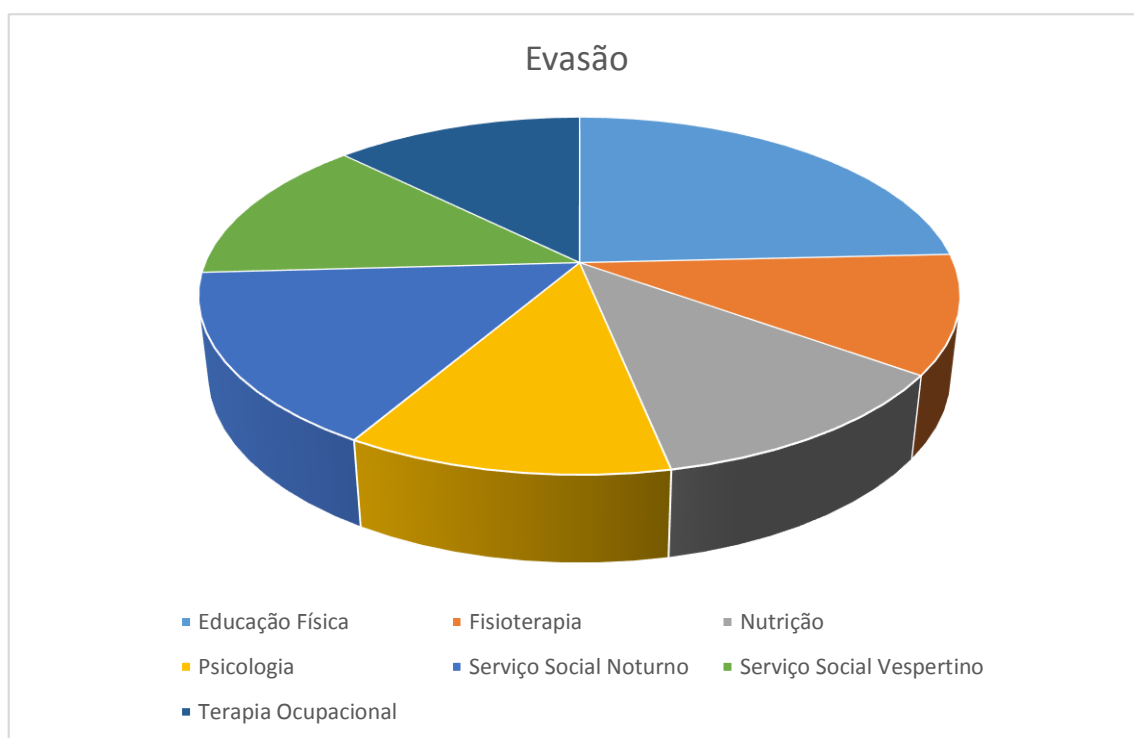
O trabalho foi realizado com todos os cursos do campus Baixada Santista, mas usaremos somente os dados relativos ao curso de Serviço Social, cuja finalidade é fazer um panorama da evasão para ciência do NDE<sup>21</sup> e posterior utilização no processo de aperfeiçoamento do PPP<sup>22</sup>. No que diz respeito ao curso de Serviço Social, apenas 10 alunos responderam ao questionário realizado, representando minimamente os alunos evadidos do curso.

---

<sup>21</sup> Núcleo Docente Estruturante do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista.

<sup>22</sup> Projeto Político Pedagógico do curso de graduação de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista.

**Gráfico 1: Frequência de evasão por curso**



Fonte: "Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir" realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 14.

Fica evidente que entre os cursos, a taxa de evasão é maior no curso de Educação Física (24,2%) e que entre os turnos de Serviço Social, o Noturno (15,7%) é maior do que o Vespertino (13,3%). Neste gráfico, estão incluídos somente a evasão por curso, sem levar em consideração as transferências entre cursos.

**Tabela 2: Porcentagem de desistência por ano, curso<sup>23</sup> e termo**

Ano	Período	1º termo	2º termo	3º termo	4º termo	5º termo	6º termo	7º termo	8º termo
2009	Vespertino	11,1	0,0						
2009	Noturno	0,0	0,0						
2010	Vespertino	1,9	3,8	9,5	5,0				
2010	Noturno	7,4	10,2	5,3	5,6				
2011	Vespertino	3,6	10,6	4,4	4,9	5,0	0,0		
2011	Noturno	2,6	8,6	8,9	3,7	3,6	0,0		
2012	Vespertino	1,8	15,2	4,7	8,3	5,3	0,0	0,0	0,0
2012	Noturno	4,6	6,6	6,8	7,8	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 15.

A incidência de evasão maior se deu nos 2º e 3º termos do curso. Esta porcentagem utilizada leva em consideração os outros cursos do campus.

**Tabela 3: Frequência por sexo**

Período	Masculino	Feminino
Vespertino	12 (21,4%)	44 (78,6%)
Noturno	21 (31,8%)	45 (68,2%)

Fonte: “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 16.

<sup>23</sup> Levando em conta todos os cursos do campus Baixada Santista.

A incidência é maior no sexo feminino, mas justificado pelo fato de também ser o número maior de ingressantes ao curso.

**Tabela 4: Distribuição da variável Idade e ano (Serviço Social Vespertino)**

Ano	17 a 20	21 a 24	25 a 28	29 a 32	33 a 37	38 a 42	43 a 50	51 a 60	Total
2009	1	1	0	0	0	0	0	0	2
2010	4	2	0	0	0	0	0	0	6
2011	6	2	1	0	1	0	2	0	12
2012	5	2	2	2	0	2	0	2	15
2013	8	6	4	0	0	0	2	1	21
Total	24	13	7	2	1	2	4	3	56

Fonte: “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 16.

**Tabela 5: Distribuição da variável Idade por curso e ano (noturno)**

Ano	17 a 20	21 a 24	25 a 28	29 a 32	33 a 37	38 a 42	43 a 50	51 a 60	Total
2010	1	5	1	2	0	0	1	1	11
2011	3	3	2	1	2	3	1	1	16
2012	5	3	0	3	3	1	0	0	15
2013	6	4	4	4	3	0	2	1	24
Total	15	15	7	10	8	4	4	3	66

Fonte: “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 16.

Observa-se que em ambos os turnos, a incidência maior ocorre entre 17 e 24 anos.



**Tabela 6: Distribuição da variável Sistema de ingresso (vespertino)**

Ano	Ex-offício <sup>24</sup>	SISU <sup>25</sup>	Transferência Externa	Vestibular	TOTAL
2009	0	0	0	2	2
2010	0	1	0	5	6
2011	1	11	0	0	12
2012	0	13	1	1	15
2013	0	20	1	0	21
Total	1	45	2	8	56

Fonte: “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 22.

**Tabela 7: Distribuição da variável Sistema de ingresso (Noturno)**

Ano	Ex-offício	SISU	Transferência Externa	Vestibular	TOTAL
2010	0	7	0	4	11
2011	0	12	1	3	16
2012	0	14	1	0	15
2013	0	24	0	0	24
Total	0	57	2	7	66

Fonte: “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 22.

Em ambos os turnos, o ingresso predominante foi pelo SISU, justificada pela maioria de ingressantes ter utilizado este método.

<sup>24</sup> Trata-se de alunos que são servidores públicos transferidos, filhos ou cônjuges destes, que têm assegurada a sua matrícula em cursos de universidades públicas.

<sup>25</sup> Sistema de Seleção Unificada.

**Tabela 8: Distribuição da variável Cotista (vespertino)**

Ano	Não	Sim	Total
2009	2	0	2
2010	6	0	6
2011	11	0	11
2012	13	2	15
2013	20	1	21
Total	52	3	55

Fonte: "Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir" realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 28.

**Tabela 9: Distribuição da variável Cotista (noturno)**

Ano	Não	Sim	Total
2010	10	1	11
2011	14	2	16
2012	13	0	13
2013	24	0	24
Total	61	3	64

Fonte: "Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir" realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 28.

A maioria dos desistentes não é beneficiada pelo sistema de cotas, até mesmo porque o contempla um pequeno número de ingressantes.

**Tabela 10: Distribuição da variável Bolsa-auxílio (vespertino)**

Ano	Não	Sim	Total
2009	2	0	2
2010	5	0	5
2011	11	1	12
2012	14	2	16
2013	17	3	20
Total	50	6	56

Fonte: “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 31.

**Tabela 11: Distribuição da variável Bolsa-auxílio (noturno)**

Ano	Não	Sim	Total
2010	10	0	10
2011	14	1	15
2012	15	1	16
2013	23	2	25
Total	62	4	66

Fonte: “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 31.

A maioria dos que desistiram do curso não é beneficiada pelo bolsa-auxílio, até mesmo porque o contempla um pequeno número de ingressantes.

**Tabela 12: Distribuição da variável Ano de ingresso e ano de desistência (vespertino)**

Ano de ingresso						
Ano de desistência	2009	2010	2011	2012	2013	Total
2009	2					2
2010	2	4				6
2011	0	4	8			12
2012	0	2	5	8		15
2013	0	1	4	5	11	21
Total	4	11	17	13	11	56

Fonte: “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 34.

**Tabela 13: Distribuição da variável Ano de ingresso e ano de desistência (noturno)**

Ano de ingresso						
Ano de desistência	2009	2010	2011	2012	2013	Total
2010	2	9				11
2011	0	10	6			16
2012	0	0	8	7		15
2013	0	0	6	6	12	24
Total	2	19	20	13	12	66

Fonte: “Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir” realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 34.

Observa-se que no período vespertino a desistência se dá no mesmo ano de ingresso, enquanto no noturno, se não for no mesmo ano, no ano subsequente ao ingresso.

**Tabela 14: Distribuição variável Termo de desistência e ano de desistência (vespertino)**

Ano de desistência	Termo de desistência								Total
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	
2009	2								2
2010	1	2	2	1					6
2011	2	5	2	2	1				12
2012	1	7	2	3	2				15
2013	4	7	5	0	3	0	1	1	21
Total	10	21	11	6	6	0	1	1	56

Fonte: "Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir" realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 37.

**Tabela 15: Distribuição variável Termo de desistência e ano de desistência (noturno)**

Ano de desistência	Termo de desistência								Total
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	
2010	4	5	1	1					11
2011	2	6	5	2	1				16
2012	3	4	4	4	0				15
2013	4	8	5	3	4				24
Total	13	23	15	10	5				66

Fonte: "Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir" realizada pela coordenação de Yara Aparecida de Paula, pedagoga do Núcleo de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista, p. 37.

Nota-se que a desistência ocorre no segundo termo do curso, seguindo a tendência de todos os cursos do campus, que é de 34% em relação aos demais.

Os desistentes responderam ainda sobre os seguintes quesitos:

- Falta de orientação/ajudar para interpretar, compreender e redigir textos;
- Falta de programas de apoio voltados para a melhoria da qualidade dos estudos;
- Dificuldade para esclarecer dúvidas escolares com os professores;
- Dificuldade para esclarecer dúvidas escolares com os monitores;
- Falta tempo/disponibilidade dos professores;
- Falta tempo/disponibilidade dos monitores;
- Despreparo dos professores;
- Despreparo dos monitores;
- Falta de programa de entrosamento entre estudantes;
- Falta de divulgação das atividades extracurriculares oferecida pelo campus
- Ocorrência de greves na universidade influenciou na decisão do curso;
- Falta de identificação com a proposta do curso;
- Vontade de fazer outro curso;
- Dificuldade para acompanhar as aulas e fazer os trabalhos solicitados;
- Conhecimentos adquiridos nas escolas (de ensino fundamental e médio) foram insuficientes para acompanhar o nível da universidade;
- Dificuldade em conciliar as exigências do trabalho profissional com as atividades escolares;
- Falta de adaptação ao ambiente da universidade;
- Problemas financeiros (custo de vida alto em Santos);
- Dificuldade para entrosar com os colegas de classe;
- Problemas particulares/familiares;
- Problemas de saúde;
- Mudança de endereço/cidade.

Nos quesitos acima relacionados, em sua maioria assinalaram discordância, excetuando-se a vontade de fazer outro curso e o trabalho profissional e os problemas pessoais/familiares que atingiram somente os alunos do período vespertino. 40% dos que responderam o questionário, deixaram apenas o curso e 60% deixaram o ensino superior.

Outras variáveis foram questionadas:

- Administração do campus;
- Equipamentos multimídia e informática;
- Laboratório de atividades dos eixos comuns;
- Laboratório das atividades específicas;
- Salas de aula;
- Limpeza do prédio;
- Manutenção;
- Segurança;
- Restaurante universitário;
- Localização do campus;
- Coordenação de curso;
- Professores;
- Qualidade das aulas;
- Núcleo de apoio ao estudante – NAE;
- Secretaria;
- Biblioteca.

A maioria se diz insatisfeita com os itens acima, com exceção do Restaurante universitário, por beneficiar financeiramente aos alunos e a localização do campus que não satisfaz, nem insatisfaz. Não traz as questões de insatisfação pontualmente, o que dificulta a uma conclusão.

A grande maioria prestaria um novo vestibular para a UNIFESP e recomendariam a um amigo.

Foram ainda, coletadas “Sugestões/outros aspectos que você considera importante”, onde fica visível que o transporte, a incompatibilidade com o trabalho profissional, os problemas pessoais/de saúde, a desinformação sobre transferência de turno/curso e greves foram incisivas para a tomada de decisão de abandono de curso.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados e comparando com as metas e estratégias do PNE, é evidente o longo caminho que governo e sociedade civil têm para desenvolver. É notório que não se deve deixar de investir na academia a fim de trazer à tona mais estudos e pesquisas a fim de melhorar a qualidade de vida da população. Mas para tanto, deve se prezar a qualidade e não somente dados quantitativos. A burocracia e as desigualdades histórica e socioeconômicas não devem ditar e/ou emperrar o desenrolar como têm ocorrido. O poder público tem papel principal para desenvolver políticas públicas específicas, assim como tem feito com o REUNI, PNAES entre outros. A sociedade civil é de extrema importância na CONAE, pois não há como exigir direitos sem participação na construção da efetividade da educação e é dever lutar por suas reivindicações.

A permanência estudantil no ensino superior é uma das preocupações dentro do REUNI, a fim de reduzir a taxa de evasão e promover a inclusão social. Dentro do Pnaes, os universitários com baixa renda são contemplados com o objetivo de nivelar oportunidades e melhorar o desempenho acadêmico, promovendo oportunidades iguais entre os estudantes.

A UNIFESP é uma grande universidade, referência para todo o país, com importância histórica inigualável, principalmente no que diz respeito a pesquisa e tecnologia. O campus pioneiro na expansão universitária federal<sup>26</sup> deste estado tem grande importância para a Região Metropolitana da Baixada Santista, visto que está em considerável desenvolvimento e necessita de especialização e pesquisa acadêmica para tal. O curso de Serviço Social é o primeiro dentro da Universidade Pública Federal, o que vem a fortalecer as lutas sociais e a busca da igualdade e justiça social defendidas pela classe.

Dentro do curso, o Projeto Político Pedagógico está em revisão e se faz relevante como demanda trazer quais são as motivações da evasão e o que pode ser elaborado para que o aluno permaneça na instituição.

---

<sup>26</sup> Campus Baixada Santista.

Os estudantes que deixaram o Serviço Social, tiveram problemas pessoais e/ou familiares, de conciliação com o trabalho, greves e/ou almejavam outro curso. A amostra utilizada é de pouca significância, mas abre alternativas de possíveis problemas que podem ser estudados e mais tarde, solucionados. Apesar dos entraves que foram encontrados, é compreensível a insatisfação em relação aos serviços e estrutura, visto que o campus ainda está em construção e ampliação. O curso segue firme e certo com seus discentes, cumprindo com o Programa de Expansão, fazendo o dever de casa. É necessário ainda, que haja constantemente, avaliações específicas, afim de detectar aspectos que possam ser melhor trabalhados. É o que já se esperava desta classe trabalhadora que luta constantemente por direitos que caminha na busca incansável de melhoria de qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Ana Rojas; BAIERL, Luzia Fátima; SILVA, Maria Liduína de Oliveira; SILVA, Maria Norma de Oliveira Braz Peixoto da; THOMAZ, Silvia Maria Tagé. Manifesto de Fundação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), do campus Baixada Santista. In: Educ. Soc. [online], nº 102. São Paulo: 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000200012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000200012&script=sci_arttext) com acesso em 14 de Novembro de 2014.
- BASÍLIO, Ana Luiza. Desvendando o PNE: mais recursos na educação implica em regime de colaboração. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/noticias/mais-recursos-na-educacao-implica-em-colaboracao/> , com acesso em 30 de Junho de 2015.
- AGUIAR, Márcia Angela da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação: 2001-2009: Questões para reflexão. In: Educ. Soc. [online], vol. 31, nº 112. Campinas: 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/04>, com acesso em 12 de março de 2012 BRASIL. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2.010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) com acesso em 08 de Maio de 2014.
- ANDES-SN. PNE que destina verba pública para o setor privado avança no Senado. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6067> com acesso em 09 de Julho de 2015.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ANDRIOLA, Cristiany Gomes; MOURA, Cristiane Pascoal. Opiniões de docentes e coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n52/a06v1452.pdf> com acesso em 17 de Setembro de 2014.
- BRASIL. CONAE – Conferência Nacional de Educação. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/>, com acesso em 10 de Novembro de 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm), com acesso em 08 de Maio de 2014.

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm), com acesso em: 08 de Maio de 2014.
- BRASIL. Lula envia ao Congresso Nacional PL com metas para 2011-2020. Disponível em: [http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=362:lula-envia-ao-congresso-nacional-pl-com-as-metas-para-2011-2020&catid=102&Itemid=268](http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=362:lula-envia-ao-congresso-nacional-pl-com-as-metas-para-2011-2020&catid=102&Itemid=268), com acesso em 10 de Novembro de 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais. Brasília, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=12386&Itemid=12386&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=12386&Itemid), com acesso em 08 de Maio de 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Recursos quadruplicam e passam de R\$ 1 bilhão em cinco anos. Brasília: 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18107](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18107), com acesso em 06 de Novembro de 2014.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-1300-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>, com acesso em 15 de Agosto de 2014.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172 de 09 de Janeiro de 2001. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm), com acesso em 08 de Maio de 2014.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Projeto de Lei nº 8.035-B de 2.010. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70&Itemid=265:legislacoes](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70&Itemid=265:legislacoes) com acesso em 08 de Maio de 2014.
- BRASIL. Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES. Lei 10.861 de 14 de Abril de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm), com acesso em 10 de Novembro de 2014.

- CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e crise: perspectivas para o Brasil. In: Educ. Soc. [online], vol. 31, n° 113. Campinas: 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/02.pdf>, com acesso em 12 de março de 2012.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. In: Educ. Soc. [online], vol.31, n° 112, pp. 677-705. Campinas: 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000300003&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000300003&script=sci_abstract&lng=pt), com acesso em 12 de Março de 2012.
- FOLHA POLÍTICA. Prioridade do novo mandato de Dilma, Educação sofre corte de R\$ 7 bilhões. Disponível em: <http://folhapolitica.jusbrasil.com.br/noticias/160000018/prioridade-do-novo-mandato-de-dilma-educacao-sofre-corte-de-r-7-bilhoes>, com acesso em 15 de Março de 2015.
- FREITAS, Katia Siqueira de. Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes. São Paulo: 2009. Disponível em: [http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos\\_v11n1/eccosv11n1\\_3i1062.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v11n1/eccosv11n1_3i1062.pdf) com acesso em 17 de Setembro de 2014.
- GLOBO. Médicos residentes do Hospital São Paulo suspendem greve. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/07/medicos-residentes-do-hospital-sao-paulo-suspendem-greve.html> com acesso em 04 de Julho de 2015.
- LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. Disponível em: [http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art\\_087.pdf](http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_087.pdf) com acesso em 17 de Setembro de 2014.
- MERCURY, Elizabeth; POLYDORO, Soely. O Compromisso com o Curso no Processo de Permanência/Evasão no Ensino Superior: algumas contribuições. In: Estudante Universitário: características e experiências de formação. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional Brasileira. In: Educ. Soc. [online], vol.32, nº 115. Campinas: 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000200005&script=sci_arttext), com acesso em 12 de março de 2012.
- PAULA, Yara Aparecida de. (coordenadora) Relatório da Pesquisa: Estudo da Evasão dos graduandos no Campus Baixada Santista: buscando dimensionar, explicar e intervir. São Paulo: UNIFESP, 2014.
- SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf> com acesso em 17 de Setembro de 2014.
- SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no ensino superior brasileiro. Disponível em: [http://www.alfaguia.org/alfaguia/files/1341268055\\_925.pdf](http://www.alfaguia.org/alfaguia/files/1341268055_925.pdf) com acesso em 17 de Setembro de 2014.
- SILVA, João Augusto Ramos; OLIVEIRA, Fátima Bayma de; MOURÃO, Luciana. Fatores que levaram à permanência e ao sucesso dos alunos em um curso à distância. São Luís: ABED, 2013.
- SIMÕES, Carlos. Curso de Direito do Serviço Social. (Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 3) 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- UNIFESP. A UNIFESP Baixada Santista. Disponível em: <http://www.unifesp.br/campus/san7/institucional/campusbs/historicobs> com acesso em 14 de Novembro de 2014.
- UNIFESP. A UNIFESP Baixada Santista. Disponível em: <http://www.unifesp.br/campus/san7/institucional/campusbs/historicobs> com acesso em 14 de Novembro de 2014.
- UNIFESP. O Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista. Disponível em: [http://www2.unifesp.br/homebaixada/projetopedagogico\\_baixada.pdf](http://www2.unifesp.br/homebaixada/projetopedagogico_baixada.pdf) com acesso em 14 de Novembro de 2014.

- UNIFESP. Projeto Político Pedagógico do campus Baixada Santista. São Paulo: 2007. Disponível em: [www2.unifesp.br/homebaixada/projeto pedagogico baixada.pdf](http://www2.unifesp.br/homebaixada/projeto_pedagogico_baixada.pdf) com acesso em: 14 de Novembro de 2014.
- UNIFESP. Projeto Político Pedagógico do campus Baixada Santista. São Paulo: 2011. Disponível em: [www2.unifesp.br/prograd/app/cursos/index.php/prograd/...projeto/1042](http://www2.unifesp.br/prograd/app/cursos/index.php/prograd/...projeto/1042) com acesso em: 14 de Novembro de 2014.
- UNIFESP. Uma história da UNIFESP. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/reitoria/75anos/historia/> com acesso em 10 de Novembro de 2014.